



POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA NA GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Manuela Gomes Maués¹
Rosivanda Cunha Moraes²

RESUMO

O presente trabalho, com o intuito de mostrar a importância da educação para a formação cidadã, desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e progresso da sociedade, realizou uma pesquisa de cunho bibliográfico buscando, através de livros, artigos e documentos digitais, levantar conhecimentos e explicar o objeto estudado, pautando-se nas abordagens teóricas propostas por Bulos (2009); Kant (1996); Oliveira (2010); Quadros (2008); Bencini (2006); Saviani (2010); Azevedo (2007); Furghestti (2012); BRASIL (1996); Chiara, Kaimen (2008); que destacam a importância de uma educação de qualidade, e os benefícios que a garantia desta traz para os alunos, professores, sociedade e para o país. Desse modo, as Políticas Públicas são de suma importância para a garantia de uma educação de qualidade para todos, pois contribui significativamente para com a evolução do processo de ensino aprendizagem dos alunos, minimizando os índices de evasão, de reprovação e favorecendo o progresso do país.

Palavras-chave: Educação de qualidade, Políticas Públicas, Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são importantes direitos constitucionais que são oferecidos e portanto devem ser garantidos a todos os cidadãos. Por isso, sabendo da relevância destes direitos para o desenvolvimento da sociedade, o assunto está presente como pauta em muitas discussões. No entanto, neste artigo abordaremos mais notadamente as políticas públicas educacionais, visando mostrar os reflexos desta na educação brasileira. Com o intuito de garantir uma escola pública para todos e com educação de qualidade, estas políticas são lançadas, sendo assim, para alcançar estes ideais faz-se necessário seguir os objetivos propostos na Constituição Federal a qual preleciona em seu artigo 205, que:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento de pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BULOS, 2009).

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Matemática, da Universidade Estadual do Pará – PA, gomesmauesmanuela@gmail.com;

² Graduada pela Curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade Estadual do Pará – PA, rosivandamoraes20@hotmail.com;



Desse modo, é evidente que a educação é uma política pública que deve ser ofertada e garantida a todos os cidadãos, mas tal política ainda apresenta várias lacunas, porém já se modificou em vários aspectos, uma vez que, outrora no período ditatorial o país foi vítima de uma grande crise econômica e tal política passou a ser vista como mera formadora de mão de obra, que serviria apenas para fortalecer o sistema capitalista brasileiro. Agravaram-se as desigualdades sociais, o acesso à educação tornava-se cada vez mais restrito, pois somente os alunos com maior poder aquisitivo, isto é, somente as classes dominantes possuíam o direito de desfrutar de uma educação de qualidade, tinham o acesso ao ensino superior facilitado, e consequentemente dirigiam e integravam grandes cargos no sistema capitalista.

Por outro lado, para os alunos que possuíam menor poder aquisitivo ficavam apenas os cursos técnicos profissionalizantes, que auxiliavam grande parte da massa assalariada e os tornava subalternos da classe dominante. Além disso, durante a ditadura a educação foi vítima de fortes perseguições e censuras contra qualquer ato contrário aos ideais capitalistas, ou seja, os ditadores objetivando aniquilar toda forma de ameaça contra a monarquia, buscavam punir, reprimir qualquer indivíduo que fosse de encontro as suas ordens. No entanto, atualmente, a educação não está na sua melhor fase, porém se comparada a outrora, já avançou significativamente no que diz respeito a formação de professores, infraestrutura, inclusão de recursos tecnológicos, material didático, educação acessível para grande parte da população, aniquilação das censuras e represálias, entre outros.

Nessa perspectiva, fica claro que a educação brasileira passou sim por um cruel e penoso período de problemas, mas sofreu mudanças que proporcionaram uma promissora melhora na educação, porém não foram suficientes o bastante para sanar as dificuldades da garantia de uma educação de qualidade para todos. Pois, ainda há escolas com infraestruturas precárias; salas super lotadas; falta de carteiras, livros e transporte escolar; ausência de recursos tecnológicos; falta de cursos profissionalizantes e professores especializados; entre outros. Nesse sentido, não basta apenas oferecer leis, faz-se necessário cumpri-las, para que haja a efetivação de uma educação para todos e de qualidade. Seguindo essa ideia, KANT (1996, p.19) afirma que:

“A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim guie toda a humana espécie a seu destino” (KANT, 1996, p.19).



Sabendo que a educação é uma arte, que deve ser aperfeiçoada, torna-se necessário a valorização desta política por parte do estado, haja visto que, compete a ele investir e articular ações que proporcionem o desenvolvimento da mesma. Todavia, em um país que não reconhece a educação como prioridade, tais ações não são desenvolvidas da maneira que deseja-se, pois falta investimentos e como se não bastasse há a criação de vários projetos, que não são valorizados pelos entes federados e por isso não são concretizados, o que dificulta a garantia de uma educação de qualidade e ocasiona mazelas que prejudicam significativamente o avanço do país. Sendo assim, é evidente que a educação é uma importante ferramenta para o desenvolvimento do cidadão, por isso neste trabalho, objetivando mostrar a magnitude da educação para o progresso da sociedade, faz-se necessário discutir a educação e o quão a falta de investimentos nesta política prejudica o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas educacionais são importantes direitos que devem ser garantidos a todos os indivíduos. Porém, antes de entendermos do que se trata as políticas educacionais, faz-se necessário compreendermos o que são as políticas públicas, que de acordo com a etimologia da palavra refere-se ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto as decisões do povo, OLIVEIRA (2010) diz que:

“Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar” OLIVEIRA (2010).

Assim, fica claro que as políticas públicas educacionais é tudo o que é feito ou não pelo governo na educação. É importante destacar, também, que as Políticas Públicas Educacionais, não estão relacionadas apenas com o acesso em massa das crianças e adolescentes nas escolas públicas, mas também com a construção e o desenvolvimento da sociedade que origina-se em decorrência desta educação. Logo, as Políticas Públicas Educacionais influenciam de maneira significativa a vida de cada indivíduo.

Sabendo da importância das políticas públicas para o desenvolvimento dos cidadãos, e portanto da sociedade, apenas garantir estas políticas não é suficiente para conceder uma



educação de qualidade para todos, uma vez que, existem outros problemas relacionados as políticas públicas que devem ser tratados. Como por exemplo: a fome, as drogas, a violência, entre outros, tais problemas, estão relacionados com o baixo desenvolvimento na educação pública, e segundo (QUADROS, 2008) estão presentes no cotidiano das escolas de todo o Brasil. Além deste, tem-se também:

Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador [...] (BENCINI, 2006).

Sendo assim, é evidente o desprezo das autoridades federadas para com a educação brasileira, sobretudo a educação pública, e isso faz com que a qualidade desta política fique cada vez pior, tanto de forma estrutural quanto no desenvolvimento dos alunos no processo de ensino aprendizagem. As Políticas Públicas Educacionais estão diretamente ligadas com a qualidade da educação e o quão está é importante para a formação da cidadania. São grandes as lutas para conseguir uma escola cidadã no Brasil e estão cercadas por uma história com fortes impactos e desapontamentos, como afirma Azevedo (2007, p.77):

Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos apoios teóricos da ciência da educação, legitima a idéia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura taylorista-fordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar.

De acordo com Azevedo, estes impactos e desencantos na educação brasileira dá a ela o status de baixa qualidade. Nessa perspectiva, faz-se necessário entender o quanto necessita-



se de uma educação de qualidade, mas tal objetivo, de acordo com (SAVIANI, 2010) só pode ser alcançado quando a escola cumpre seu papel social e educacional.

A valorização da educação é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa, e cidadã, por este motivo torna-se necessário debater a respeito de melhorias na qualidade da educação, com o decorrer do tempo tal pauta está presente e muitas discussões de forma mais intensa, com isso tem-se que:

A QUALIDADE do ensino tem sido foco de discussão intensa, especialmente na educação pública. Educadores, dirigentes políticos, mídia e, nos últimos tempos, economistas, empresários, consultores empresariais e técnicos em planejamento têm ocupado boa parte do espaço dos educadores, emitindo receitas, soluções técnicas e, não raro, sugerindo a incompetência dos educadores para produzir soluções que empolguem a qualificação do ensino. Essa invasão de profissionais não identificados ou não envolvidos com as atividades do campo educacional merece uma reflexão. Não se trata aqui de preconizar o monopólio da discussão da educação aos educadores, mas de registrar a intensa penetração ideológica das análises, dos procedimentos e das receitas tecnocráticas à educação (AZEVEDO, 2007).

A qualidade no ensino, sobretudo nas escolas da rede pública, deve ser construída e sustentada por programas e projetos, que objetivem resgatar a qualidade da educação pública e promover a efetivação de um nível educacional mais satisfatório, formando cidadãos críticos capazes de distinguir seus direitos e deveres. No entanto, tais objetivos só serão alcançados quando a educação deixar de ser vista como mera formadora de mão de obra e fornecedora de conhecimentos prontos, pois um ensino de qualidade deve buscar de acordo com (FURGHESTTI, 2012) transmitir valores éticos, morais e cidadãos, que sejam construtores de novos conhecimentos e de uma sociedade melhor.

É perceptível que a qualidade no ensino público é necessário para o desenvolvimento do cidadão, qualificação para o trabalho, e para a evolução do processo de ensino aprendizagem dos estudantes, para isso é importante que haja a parceria das instituições de ensino, dos pais e também do estado, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) em seu artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).



A educação é um dever da família e do estado, no entanto, ainda há falhas no cumprimento deste dever, dado que o estado por não priorizar a educação não investe da maneira adequada nesta política e isso dificulta o oferecimento de uma educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros e também não facilita a realização do papel da família no processo de ensino aprendizagem do estudante. Esta falta de investimentos na educação ocasiona problemas, como: super lotação das salas, escolas com infraestruturas precárias, falta de carteiras, calor exacerbado nas salas, falta de materiais didáticos, falta de transportes, entre outros; tais fatores contribuem de forma negativa no âmbito escolar, pois de acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a falta do transporte escolar acarreta a evasão dos alunos, tornando a taxa de abandono na região Norte superior à média nacional e além do mais, provocam o aumento no índice de reprovação.

Outro fator que contribui para não efetivação de uma educação de qualidade é a desvalorização do professor, pois este mesmo sendo peça chave para o processo de aprendizagem do aluno ainda não é valorizado da maneira que deveria, dado que, enfrenta diariamente o rebaixamento salarial, não desfruta de recursos que possibilitem a formação continuada, são submetidos a precárias situações de trabalho, não tendo condições adequadas para sua atuação em sala. Os fatos elencados, deixam o profissional da educação insatisfeito com suas condições de trabalho o que ocasiona um baixo interesse dos futuros docentes pela profissão.

Sendo assim, fica claro que a educação é uma importantíssima ferramenta para o desenvolvimento do cidadão, da sociedade e consequentemente do país, mas tal avanço só será possível se houver o investimento adequado por parte dos entes federados nesta política. Por isso, faz-se necessário investir em educação de modo que esta não seja apenas mera formadora de mão de obra, mas sim a melhor ferramenta para a formação da cidadania, desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e avanço do país. Ademais, por a educação ser um dever da família e do estado a parceria entre estes dois membros torna-se essencial para o progresso do alunado no andamento do ensino aprendido.

METODOLOGIA



O presente trabalho, com o intuito de mostrar a importância da garantia de uma educação de qualidade para o desenvolvimento da cidadania, melhoria do processo de ensino aprendizagem e progresso do país, realizou uma pesquisa bibliográfica a fim de apresentar argumentos que fortaleçam estes ideais e sirvam como respaldo e incentivo para as lutas em prol de um ensino qualitativo e não quantitativo. A pesquisa de cunho bibliográfico buscando levantar conhecimentos e explicar o objeto estudado, foi elaborada a partir do uso de livros, artigos e documentos digitais, que tratavam sobre esta temática. Como afirma Chiara:

A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível, sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, et al.,2008).

Nesse sentido, para desenvolver este estudo nos pautamos nas abordagens teóricas propostas por Bulos (2009); Kant (1996); Oliveira (2010); Quadros (2008); Bencini (2006); Saviani (2010); Azevedo (2007); Furghestti (2012); BRASIL (1996); Chiara, Kaimen (2008); que destacam a importância de uma educação de qualidade, e os benefícios que a garantia desta traz para os alunos, professores, sociedade e portanto para o país. Uma vez que, contribui positivamente para o processo de ensino aprendizagem do alunado, o tornando um cidadão crítico e capaz de realizar atividades trabalhistas de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, em decorrência dos fatos mencionados é evidente que as Políticas Públicas Educacionais são de suma importância no que se refere a tornar a educação pública mais qualitativa, e formar cidadãos. Tal política durante o período militar, por ser vista apenas como mera formadora de mão de obra, passou por um terrível momento de represálias e infortúnios, que impediam o processo do crescimento intelectual e escolar. As represálias foram erradicadas, porém o descaso perdura, pois ainda existe a falta de investimentos no âmbito educacional, haja visto que, ainda há escolas com péssimas estruturas; com super lotação de salas, carteiras danificadas, com falta de professores e muitos outros problemas.



Então, neste artigo com o objetivo de apresentar os reflexos que a falta de Políticas Públicas ocasionam na educação analisamos por meio de livros, artigos, e documentos digitais dados que fortaleçam a temática tratada nesta indagação.

Enfim, cumprir os direitos constitucionais, investir na educação, mais notadamente da rede pública, e garantir a qualidade da mesma a todos os indivíduos é de grande valia, pois contribui significativamente para com a evolução do processo de ensino aprendizagem dos alunos, minimizando os índices de evasão, de reprovação e favorecendo o progresso do país.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pelo dom da vida, e a sabedoria a nós concedida, que foi essencial para a escrita desta pesquisa. Agradecemos a todos os professores que contribuíram e contribuem de maneira significativa para a nossa formação enquanto futuros docentes. Somos gratas a Universidade Estadual do Pará (UEPA) que nos deu a oportunidade de cursar a Licenciatura Plena em Matemática nesta renomada instituição. Um agradecimento especial a nossos pais que sempre nos incentivam e não medem esforços para nos ajudar a alcançar nossos ideais. Reconhecemos também a importância da realização do evento no que se refere a ampliação de nossos conhecimentos, e espaço adequado para troca de ideias e exposição das nossas opiniões. Enfim, agradecemos profundamente as todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CHIARA, I. D. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

AZEVEDO, José Clovis de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estud. av.** v.21. n.60. São Paulo. May/Aug. 2007.

BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. O desafio da qualidade não dá mais para esperar: ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já. **Nova Escola**. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.

FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva; GRECO, Maria Terêsa Cabral; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a



alfabetização com letramento. **IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada.** 9. ed. rev. e atual. até a EC n.57/2008. São Paulo: Saraiva, 2009.

Kant, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Tradução: Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 2006.